



## Proposta de prestação de serviços para a elaboração do Relatório de Avaliação sobre o Estado do Ordenamento do Território

Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores

PR-03528 | maio 2017

# Proposta de prestação de serviços para a elaboração do Relatório de Avaliação sobre o Estado do Ordenamento do Território

Câmara Municipal de Santa Cruz das  
Flores

PR-03528 | maio 2017



## ÍNDICE

1. Enquadramento.....	4
2. Objetivos do trabalho .....	8
3. Metodologia .....	11
4. Prazo e Cronograma .....	16
5. Honorários .....	17
6. Equipa Técnica .....	18
7. SPI Açores .....	24

## 1. Enquadramento

O documento que se apresenta constitui a proposta de prestação de serviços para a elaboração do **Relatório de Avaliação sobre o Estado do Ordenamento do Território** do concelho de Santa Cruz das Flores, doravante designado de REOT, tendo em conta a intenção do Município de despoletar brevemente o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).

O PDM de Santa Cruz das Flores, único Instrumento de Gestão Territorial (IGT) de âmbito municipal em vigor no Concelho, foi aprovado em Assembleia Municipal a 22 de junho de 2006 e publicado em Diário da Republica a 16 de novembro, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 32/2006/A, altura em que entrou em vigor.

Volvidos os dez anos de vigência do atual plano, tal como expresso no regulamento e na legislação existente, deve ser iniciado o seu processo de revisão, a fim de se adaptar as suas disposições, em razão da evolução ou reponderação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais subjacentes à sua elaboração, com fundamento em relatório de avaliação a elaborar nos termos estabelecidos na lei.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores (RJIGT-A), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A de 16 de agosto, consagra a necessidade de avaliação periódica dos instrumentos de gestão territorial, através da elaboração de um relatório de estado sobre o ordenamento do território, elaborado pela câmara municipal e submetido à apreciação da respetiva assembleia municipal. Este documento deve contemplar um balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial de âmbito local em vigor, bem como dos níveis de coordenação interna e externa verificados.

O RJIGT-A, que continua a disciplinar os instrumentos de gestão territorial nos Açores, deve, porém, ser considerado à luz das alterações recentes introduzidas pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOT), desenvolvida através do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, diploma que reviu o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Desta forma, o RJIGT-A é aplicável em tudo aquilo que não contrariar a LBGPPSOT, devendo aplicar-se o novo RJIGT e os diplomas que o regulamentam nas matérias que tenham sido objeto de um novo desenvolvimento neste diploma ou que alterem o disposto no RJIGT-A.

A fundamentação da necessidade de revisão dos IGT em vigor, através da elaboração do relatório de avaliação sobre o estado do ordenamento do território, é evidenciada no artigo 50.º da LBGPPSOT, que estabelece a possibilidade dos planos territoriais serem objeto de revisão, alteração, suspensão ou revogação, em razão da evolução ou reponderação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais subjacentes à sua elaboração, com fundamento em

relatório de avaliação a elaborar nos termos estabelecidos na lei. O RJIGT, desenvolvendo esta questão, estabelece no n.º 2 do seu artigo 124.º, alínea a), que a revisão dos planos municipais decorre da necessidade de adequação face às transformações, entretanto verificadas no território, tendo em conta o relatório sobre o estado do ordenamento do território previsto no n.º 3 do artigo 189.º. Já o n.º 6 do seu artigo 189.º estabelece a impossibilidade de se rever os planos municipais sem antes se elaborar o referido relatório de avaliação.

O relatório de avaliação sobre o estado do ordenamento do território incide, desta forma, sobre os instrumentos de gestão territorial, em particular o PDM, bem como sobre as dinâmicas de transformação do território nos vários aglomerados populacionais existentes e sobre a coerência entre os diferentes instrumentos e estratégias municipais e supramunicipais com incidência territorial no concelho de Santa Cruz das Flores. Concluída a sua elaboração, este documento deverá ser submetido a um período de discussão pública nunca inferior a trinta dias, tal como estabelecido no n.º 5 do artigo 189.º do RJIGT e no n.º 3 do artigo 177.º do RJIGT-A.

A ilha das Flores, sexta ilha do Arquipélago do Açores em superfície, com cerca de 143 km<sup>2</sup> e altitude máxima de 915 metros no Morro Alto, apresenta, como característica principal e maioritária, a sua riqueza ecológica e paisagística que levou à classificação enquanto Reserva da Biosfera, localizada na parte central da ilha. Em termos gerais, a ilha apresenta um relevo vigoroso, com uma estrutura planáltica em dois degraus, de onde se projetam vários aparelhos vulcânicos. Nas zonas aplanadas envolventes destes cones, ocorre um grupo de caldeiras ou lagoas, antigas crateras de afundamento, rasas ou fundas, com água acumulada na sua parte inferior. Já o litoral da ilha apresenta arribas altas e exibe um vigoroso recorte, complementado por inúmeros ilhéus e penedos localizados na proximidade da costa, assim como, na base das arribas, ocorrem aglomerações detríticas denominadas fajãs. As dificuldades de acesso preservaram ao longo dos séculos a importância destes locais como áreas de nidificação de espécies importantes de aves marinhas.

O concelho de Santa Cruz das Flores, localizado na costa oriental da ilha das Flores, estende-se por uma superfície total de 72,11 km<sup>2</sup> e possui cerca de 2.289 habitantes<sup>1</sup>. Subdividido em 4 freguesias - Caveira, Cedros, Ponta Delgada e Santa Cruz das Flores - é o município de maior dimensão territorial e populacional da ilha. A sede de município, a vila de Santa Cruz das Flores, é o principal e mais populoso aglomerado urbano da ilha, contando com mais de 1.700 habitantes, o que corresponde a cerca de 45% e a quase 70% da população que habita na ilha e no concelho, respetivamente. Este aglomerado constitui o centro estruturante do Grupo Ocidental dos Açores, pois concentra a generalidade dos serviços governamentais na ilha, tais

---

<sup>1</sup> De acordo com o recenseamento da população de 2011 pelo INE.

como o tribunal da Comarca das Flores e Corvo, a única escola secundária das ilhas das Flores e Corvo, o aeroporto das Flores, o centro de saúde da ilha e a maior parte do comércio, estendendo assim a sua influência ao concelho vizinho das Lajes das Flores. É um território com uma reduzida dimensão populacional e económica, muito vulnerável às conjunturas mais adversas e às variações demográficas, neste caso tendencialmente negativas (Figura 1).

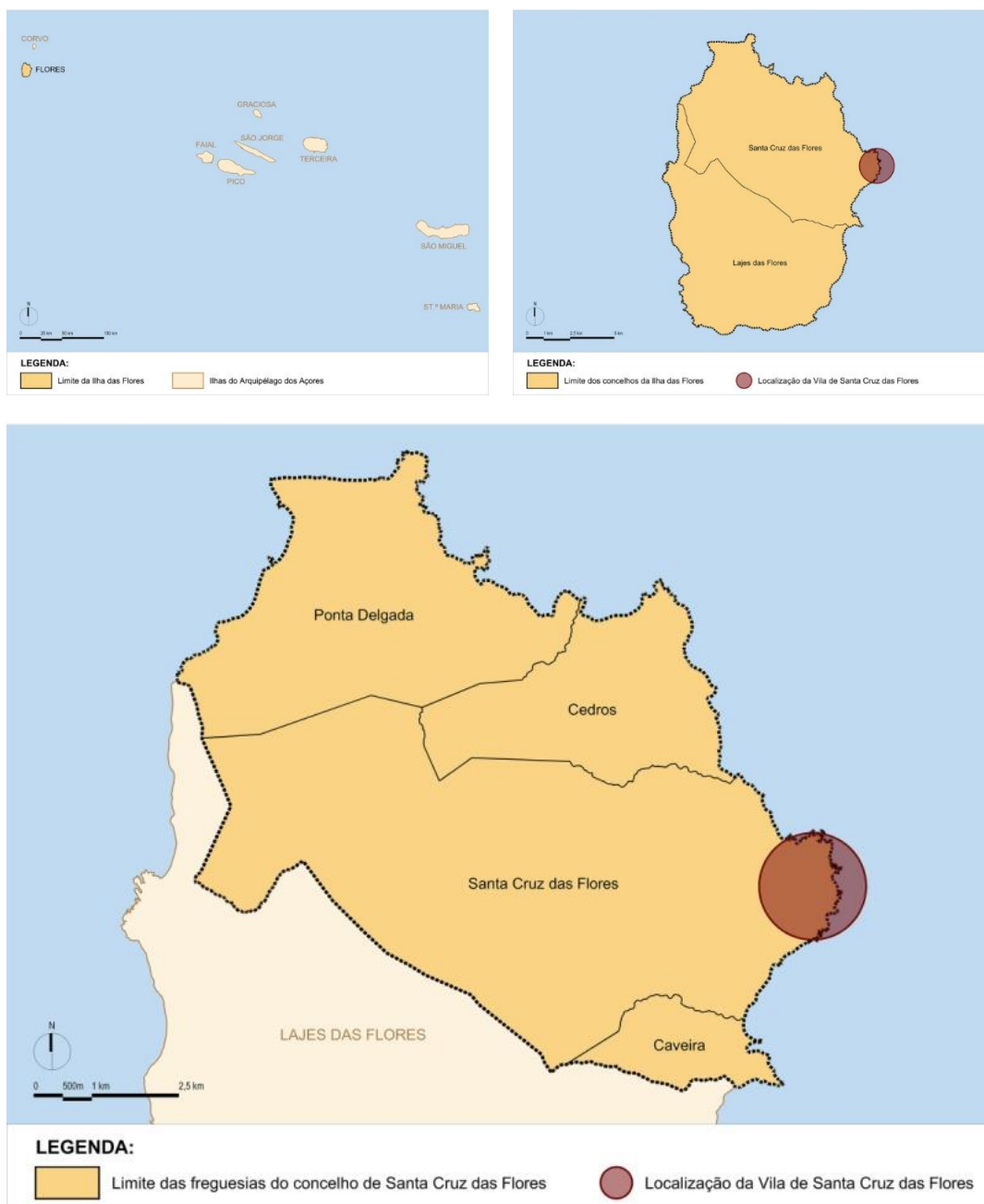


Figura 1. Enquadramento territorial (ilha das Flores no arquipélago dos Açores; concelhos da ilha das Flores, com localização da vila de Santa Cruz das Flores; e freguesias do concelho de Santa Cruz das Flores, com localização da vila de Santa Cruz das Flores)

A Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) tem como missão a gestão de projetos que fomentem a inovação e a gestão do conhecimento e promovam a internacionalização, recorrendo sempre que conveniente à criação de parcerias estratégicas. Nos últimos anos, o Grupo SPI, através da SPI Açores, tem vindo a desenvolver uma atividade cada vez mais intensa na Região Autónoma dos Açores. Para além dos trabalhos realizados para o sector privado, destacam-se o apoio à elaboração do Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos concelhos de Ponta Delgada e da Ribeira Grande para o período de 2014-2020, Assessoria Técnica de Apoio à Revisão do PDM da Ribeira Grande, o Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores 2012-2016, a Avaliação e Revisão do Plano Integrado para a Ciência e Tecnologia e Inovação e o apoio à elaboração da Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores – RIS3 Açores.

Destaca-se, ainda, e demonstrando o conhecimento sobre o território de intervenção, a colaboração recente com os municípios de Santa Cruz das Flores e das Lajes das Flores para a elaboração dos respetivos Planos Integrados de Regeneração Urbana Sustentável.

Assim, tendo presente as intenções e necessidades do município de Santa Cruz das Flores em iniciar o processo de revisão do PDM em vigor, e tendo igualmente presente o atual quadro legislativo e regulamentar associado ao processo de revisão de planos territoriais, a SPI Açores propõe-se apoiar a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores na elaboração do REOT.

## 2. Objetivos do trabalho

O objetivo geral do trabalho consiste em apoiar a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores na elaboração do REOT, permitindo ao Município dispor de um documento de diagnóstico atual e revelador das dinâmicas populacionais e territoriais ocorridas ao longo dos últimos dez anos de vigência do PDM, dos impactos e influência desse plano nas dinâmicas registadas e que traduza o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando a necessidade de revisão.

A elaboração deste relatório permite, igualmente, dar resposta às disposições legais previstas na Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (LBGPPSOT), no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), e no Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A (RJIGT-A), de 16 de agosto, conferindo ao Município o enquadramento legal que possibilita avançar para a revisão do PDM.

A avaliação e monitorização de planos tem um papel importante a desempenhar na medida em que serve para aferir a necessidade de efetuar ajustamentos, afinações estratégicas ou revisões completas ao PDM durante a sua execução.

Assim, esta prestação de serviços irá realizar as tarefas associadas ao processo de elaboração do REOT, procedendo à avaliação do nível de execução do PDM em vigor, através da determinação do grau de concretização das propostas nele constantes e verificando a eficácia de concretização dos objetivos e da execução do modelo de ordenamento então proposto, exprimindo o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial previstos, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos.

Esta avaliação irá caracterizar a evolução da dinâmica urbanística e dos níveis de execução do PDM em vigor, a qual será suportada em indicadores e cartogramas demonstrativos da situação, tendo como referência a data de aprovação do PDM e/ou a data dos Censos mais próximos daquela, a qual deve incidir sobre o seguinte:

- Grau de concretização dos objetivos e ações definidas no PDM;
- Grau de concretização das infraestruturas territoriais no âmbito das redes de abastecimento de água, rejeição das águas residuais, resíduos sólidos urbanos, redes elétricas, redes de telecomunicações e gás;
- Grau de concretização de equipamentos de utilização coletiva previstos;
- Taxa de ocupação do solo nas áreas urbanas, diferenciando a em termos de colmatação e consolidação, grau de infraestruturização e áreas livres passíveis de serem ocupadas (eventualmente através do recurso à quantificação do espaço executado por



via de loteamentos, número de lotes previstos, número de lotes executados, a reabilitação de edifícios);

- Identificação de áreas urbanas suscetíveis de reabilitação, renovação e reestruturação ou de maior densificação e consolidação urbana;
- Identificação dos aglomerados urbanos a reestruturar, em resultado de fatores de mudança da organização do território ou da necessidade de integração de solo a afetar à estrutura ecológica municipal, necessária ao equilíbrio do espaço urbano;
- Quantificação e capitação das áreas de espaço verde, população servida pela rede de abastecimento de água e pela rede de drenagem de águas residuais, de recolha, de tratamento e de reciclagem dos resíduos sólidos urbanos;
- Edificação no solo rústico, através do número de licenças e de admissões de comunicações prévias de construção e de autorizações por uso;
- Identificação e quantificação dos compromissos urbanísticos válidos e eficazes;
- Avaliação das acessibilidades e mobilidades existentes, devendo ter presente as características territoriais, principalmente relacionadas com a insularidade, e o seu impacto nas modalidades de transporte existentes;
- Identificação e quantificação das áreas sujeitas a regimes especiais, designadamente da Reserva Ecológica (RE), da Reserva Agrícola Regional (RAR) e da Rede Natura, que foram autorizadas para outros fins ou edificadas;
- Identificação e avaliação da execução das áreas classificadas como solo urbano, sobreposta a áreas de Aproveitamento Hidroagrícola (AH), que consubstanciaram ou consubstanciam exclusões do AH, conforme procedimento previsto no regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola (RJOAH). Esta avaliação deve ser um dos fatores a considerar na tomada de decisão quanto à manutenção destas áreas como solo urbano, promovendo a sua colmatação, ou quanto à sua reversão para solo rural, quando não ocupadas na vigência do PDM;
- Grau de concretização de Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP), previstos e/ou publicados;
- Grau de concretização dos demais investimentos públicos previstos no PDM; Identificação dos fatores de mudança da estrutura do território;
- Definição de novos objetivos de desenvolvimento para o município e identificação dos critérios de sustentabilidade a adotar.

Esta avaliação abrange, igualmente, outros dados de referência, relevantes no reconhecimento, caracterização e diagnóstico da situação territorial do Concelho, como sejam a taxa de variação

da população residente no concelho, a densidade populacional no espaço urbano, o número de fogos e edifícios existentes, a relação entre a área do solo urbano e a área do concelho, e as respetivas áreas executadas desde a entrada em vigor do PDM.

Como resultado da avaliação ao estado do ordenamento do território de Santa Cruz das Flores, devem ser identificados e ponderados os principais desvios ao plano, as causas e os impactes positivos e negativos gerados, direcionando-se esta ação para o esforço de aperfeiçoamento do processo, evitando a duplicação de erros e aproveitando as iniciativas bem-sucedidas.

Caberá ao Município assegurar que a cartografia de referência a utilizar nos trabalhos de análise territorial (em formato digital e georreferenciada), oficial e homologada, cumpre as especificações técnicas legais exigidas e seja igualmente disponibilizada no arranque) dos trabalhos de elaboração do REOT. O Município deverá ainda fornecer toda a informação disponível decorrente das funções que assume em termos de gestão territorial e urbanística, nomeadamente ao nível de infraestruturas e de licenças e autorizações administrativas para operações de urbanização e de edificação (Etapa 1).

### 3. Metodologia

A metodologia adotada na elaboração do REOT de Santa Cruz das Flores pressupõe a formalização de um documento que avalie, de forma global e a várias dimensões, o estado atual do Concelho no que diz respeito à execução de políticas, programas e planos de ordenamento territorial. Este exercício de avaliação deve ser focado e orientado quanto às necessidades prementes de revisão e elaboração dos instrumentos que coloquem em prática, de forma sustentada e ajustada, as opções de desenvolvimento estratégico territorial mais adequadas às características sociais, económicas e territoriais do concelho de Santa Cruz das Flores.

A execução do trabalho far-se-á em duas Etapas distintas, relativamente ao processo metodológico, mas interligadas na forma como irão traduzir as dinâmicas de planeamento existentes e emergentes. Assim, num primeiro momento será realizada a recolha, produção e análise de informação cartográfica e estatística e, num segundo momento, a avaliação e diagnóstico desses elementos, culminando na apresentação do relatório do estado do ordenamento do território.

A Etapa 1 consiste na preparação dos trabalhos, iniciada com reunião de arranque juntamente com a equipa técnica municipal, seguindo-se um breve reconhecimento do território de intervenção, obtendo uma perceção mais próxima das realidades existentes, e passando-se por uma fase de recolha, compilação e tratamento da base documental e dados disponível, como são os planos municipais de ordenamento do território, programas estratégicos, avaliações e programas de monitorização, documentos de âmbito regional com incidência no município (de natureza territorial, especial ou sectorial), informação estatística atualizada, e com referência ao período de vigência do Plano, e informação geográfica de base cartográfica e georreferenciada. Nesta Etapa será elaborado o Guia Metodológico e Descritivo do Trabalho (Relatório 1).

A Etapa 2 consiste na elaboração do REOT de Santa Cruz das Flores (Relatório 2), no qual ficará elencado o enquadramento e objetivos do exercício realizado e os sistemas de monitorização e avaliação existentes, caracterização do Município com base em critérios e indicadores específicos, e um diagnóstico da situação atual em termos de elaboração e concretização dos instrumentos de base estratégica e territorial. A última tarefa resulta na apresentação dos principais resultados à avaliação realizada, sendo complementada com a definição de novas metas e princípios orientadores. A reunião destas várias tarefas resulta na entrega ao Município, para validação, do REOT e posterior início do processo de consulta pública.

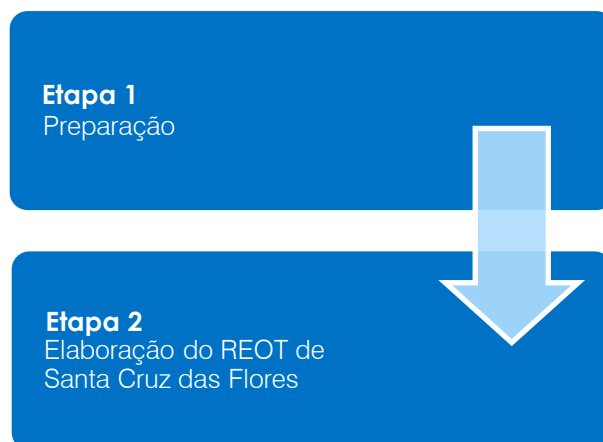


Figura 2. Metodologia proposta

A elaboração de cada uma das etapas propostas corresponde um conjunto de tarefas associadas que garantem a coerência e estruturam o desenvolvimento do processo de produção do REOT, como é apresentado no quadro seguinte:

Etapas	Tarefas
<p><b>Etapa 1</b> Preparação</p>	<p>1.1. Programação dos trabalhos 1.2. Reconhecimento do território 1.3. Recolha e tratamento de informação cartográfica e estatística</p>
<p><b>Etapa 2</b> Elaboração do REOT de Santa Cruz das Flores</p>	<p>2.1. Definição de objetivos e enquadramento legal 2.2. Metodologia de trabalho 2.3. Definição do sistema de monitorização municipal 2.4. Caracterização e avaliação do estado do território 2.5. Situação de referência do sistema de planeamento municipal 2.6. Avaliação e apresentação de resultados 2.7. Definição de novas metas e estratégias de ordenamento territorial</p>

As tarefas necessárias ao desenvolvimento dos conteúdos do REOT serão conduzidas em estreita articulação com o Município, que deverá assegurar a disponibilização da informação

indispensável ao desenvolvimento das mesmas. Seguidamente, descreve-se com maior detalhe as tarefas necessárias à execução do trabalho:

ETAPA 1   PREPARAÇÃO	
TAREFAS	1.1. Programação do trabalho 1.2. Reconhecimento do território 1.3. Recolha e tratamento da informação cartográfica e estatística
INTERAÇÕES	Reunião de lançamento dos trabalhos Entrega e validação do Relatório
RELATÓRIOS	Guia Metodológico e Descritivo do Trabalho
PRAZO	30 Dias
NOTAS METODOLÓGICAS	<p>Nesta primeira etapa, de arranque de arranque do projeto, será desenvolvida, em estreita articulação com a Câmara Municipal, a programação detalhada do trabalho, tendo em conta os objetivos estabelecidos, a metodologia a adotar, o prazo e o cronograma de execução, e as especificidades de um documento com a natureza de REOT, culminando com uma reunião de arranque dos trabalhos entre a SPI e a equipa técnica designada pelo município.</p> <p>Numa primeira fase será realizado um reconhecimento do território, acompanhado, de preferência, por técnicos municipais, em complemento com a reunião de lançamento dos trabalhos, que permitirá afinar a metodologia de trabalho adotada com o Município e conhecer de forma introdutória a situação existente no concelho de Santa Cruz das Flores, em matéria de ordenamento do território, assim como os principais locais de desenvolvimento urbano, projetos em carteira a serem territorializados.</p> <p>Será também recolhida e analisada toda a informação e documentação relevante atualizada, de suporte ao trabalho, de base documental, de base cartográfica e de base estatística. A recolha e análise serão efetuadas pela equipa de projeto, com o apoio da autarquia nas dúvidas que possam existir relativamente aos processos e compromissos urbanísticos existentes. Esta tarefa permitirá atingir um nível sólido e pormenorizado de conhecimento em termos da elaboração e aplicação das políticas e instrumentos de ordenamento do território vigentes.</p> <p>De uma forma geral, serão recolhidos dados que permitam averiguar a evolução e as dinâmicas observadas no território municipal, tanto ao nível dos instrumentos de planeamento, como ao nível de indicadores de base estatística para análise das condições físicas e sócio económicas, e cartografia de base que sustente o diagnóstico e avaliação das situações existentes.</p> <p>Tendo por base a informação recolhida, será elaborado o Guia Metodológico e Descritivo do Trabalho (Relatório 1), definindo o âmbito e objetivos do trabalho, o seu planeamento detalhado, bem como os mecanismos de coordenação e interlocução.</p>

ETAPA 2   ELABORAÇÃO DO REOT DE SANTA CRUZ DAS FLORES	
TAREFAS	<p>2.1. Definição de objetivos e enquadramento legal</p> <p>2.2. Metodologia de trabalho</p> <p>2.3. Retrospectiva de exercícios de monitorização municipal</p> <p>2.4. Caracterização e avaliação do estado do território</p> <p>2.5. Situação de referência do sistema de planeamento municipal</p> <p>2.6. Avaliação e apresentação de resultados</p> <p>2.7. Definição de novas metas e estratégias de ordenamento territorial</p>
INTERAÇÕES	Entrega e validação do Relatório.
RELATÓRIOS	Relatório de Avaliação sobre o Estado do Ordenamento do Território de Santa Cruz das Flores
PRAZO	60 Dias
NOTAS METODOLÓGICAS	<p>Tendo por base o trabalho de reconhecimento do território levado a cabo e toda a informação recolhida, serão sistematizados e sintetizados todos os dados necessários à elaboração da Etapa 2, que consiste na concretização do REOT.</p> <p>Assim, numa fase de introdução, serão definidos os objetivos gerais e específicos do trabalho, bem como o quadro legal que estabelece e baliza a elaboração do REOT. Terá ainda lugar a definição de um sistema de monitorização municipal ao nível dos planos de ordenamento do território em vigor, seguindo-se um breve enquadramento e caracterização territorial.</p> <p>Num segundo momento, onde se efetua a avaliação do estado do território concelhio, será efetuada uma análise mais profunda e detalhada do Concelho, através de análises estatísticas e territoriais, suportadas por um sistema de indicadores a definir, em diferentes âmbitos (ambiental, populacional, económico, etc.), tendo como objetivo aferir o processo de transformação do território, analisando o seu estado bem como verificar os impactos do sistema territorial.</p> <p>O diagnóstico da situação atual será complementado, num terceiro momento, pela avaliação do enquadramento estratégico e de planeamento, com uma análise e avaliação relativa à elaboração e aplicação das políticas de ordenamento do território, bem como da sua articulação e cumprimento com as orientações europeias, nacionais e regionais, e também a medição dos graus de implementação e de concretização das estratégias definidas.</p> <p>A elaboração do documento conclui-se, num último momento, com a apresentação de resultados à análise realizada, numa perspetiva global e específica, apresentando pontos fortes e pontos fracos, metas atingidas e objetivos por cumprir, terminando com a definição de novas metas e estratégias futuras em matéria de planeamento e ordenamento do território, assentes nas principais necessidades e fraquezas detetadas no processo de avaliação.</p>

De acordo com a metodologia e planeamento propostos, serão desenvolvidos e entregues dois documentos. O REOT constitui o documento que responde ao objeto formal deste trabalho.

Etapas	Relatórios
Etapa 1	Guia Metodológico e Descritivo do Trabalho (Relatório 1)
Etapa 2	REOT de Santa Cruz das Flores (Relatório 2)

Os trabalhos e tarefas necessários ao desenvolvimento dos conteúdos serão conduzidos em estreita articulação com o Município, que deverá assegurar a disponibilização da informação necessária ao desenvolvimento dos mesmos. A SPI prestará o apoio necessário ao desenvolvimento das iniciativas de esclarecimento, apresentação, divulgação e discussão pública do trabalho.

## 4. Prazo e Cronograma

O prazo de execução previsto para a realização do trabalho é de três (3) meses, a contar da data de assinatura do contrato, sem prejuízo do decurso dos prazos das indispensáveis aprovações. Seguidamente, apresenta-se o cronograma com as etapas e tarefas a realizar.

Etapa / Tarefa	Mês		
	1	2	3
<b>Etapa 1. Preparação</b>			
Tarefa 1.1. Programação dos trabalhos	■		
Tarefa 1.2. Reconhecimento do território	■		
Tarefa 1.3. Recolha e tratamento de informação cartográfica e estatística	■		
<b>Etapa 2. Elaboração do REOT de Santa Cruz das Flores</b>			
Tarefa 2.1. Definição de objetivos e enquadramento legal		■	
Tarefa 2.2. Metodologia de trabalho		■	
Tarefa 2.3. Definição do sistema de monitorização municipal		■	
Tarefa 2.4. Caracterização e avaliação do estado do território		■	■
Tarefa 2.5. Situação de referência do sistema de planeamento municipal		■	■
Tarefa 2.6. Avaliação e apresentação de resultados			■
Tarefa 2.7. Definição de novas metas e estratégias de ordenamento territorial			■

Figura 3. Cronograma dos trabalhos

Após a entrega do REOT, a SPI prestará apoio à introdução de eventuais alterações decorrentes do parecer da equipa técnica municipal e do período de discussão pública.



## 5. Honorários

O valor dos honorários para a realização do trabalho é de **4.750 €** (quatro mil setecentos e cinquenta euros).

Este valor inclui a realização de todos os trabalhos descritos, bem como as deslocações de técnicos inerentes à realização dos trabalhos.

O pagamento será faseado do seguinte modo:

Entrega do Guia Metodológico e Descritivo do Trabalho	30% do valor total dos honorários
Entrega do REOT de Santa Cruz das Flores	70% do valor total dos honorários

Aos montantes atrás indicados acresce o valor de IVA à taxa em vigor.

O prazo de pagamento das faturas proposto é de 30 dias após a emissão das mesmas.

## 6. Equipa Técnica

A concretização do trabalho objeto da presente proposta pressupõe a garantia de uma efetiva capacidade de resposta em todos os domínios do conhecimento envolvidos, bem como a compreensão das interações, dependências e efeitos potenciadores de cada uma das propostas/ações, num quadro de sustentabilidade, compatibilizando e potenciando todos os interesses envolvidos, sejam de natureza pública ou privada.

Nesta medida, os trabalhos serão desenvolvidos por uma equipa técnica multidisciplinar, em função das múltiplas dimensões de análise a considerar, integrando consultores especializados nos seguintes domínios técnicos fundamentais:

- Desenvolvimento Regional;
- Planeamento Estratégico Territorial;
- Ordenamento e Gestão do Território;
- Urbanismo e Arquitetura;
- Mobilidade;
- Ambiente;
- Património;
- Sócio Economia;
- Investigação e Desenvolvimento Tecnológico;
- Inovação e Competitividade;
- Promoção de Parcerias e Alianças Estratégicas;
- Internacionalização e Programas de Financiamento Nacionais e Internacionais;
- Comunicação e Marketing Territorial.

Os elementos constituintes da equipa técnica, possuidores de vasta experiência em equipas multidisciplinares e trabalhos desta natureza, permitem garantir uma boa coesão de grupo e uma coerência metodológica, fatores essenciais para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

A equipa técnica da SPI Açores será coadjuvada pelo Professor Augusto Medina, que ficará responsável pela coordenação técnica, científica e metodológica dos trabalhos e pela articulação institucional com o Município.

Seguidamente apresentam-se as sínteses curriculares do coordenador e de alguns membros da equipa de projeto que poderão assumir funções de relevo no trabalho.

### Augusto Medina

Augusto Medina é Presidente do Conselho de Administração da SPI, tendo sido o seu fundador em 1996.

É responsável por um vasto número de projetos do sector público e privado nas áreas de competitividade empresarial, investigação e desenvolvimento, inovação, formação e empreendedorismo em Portugal, Europa Ocidental, Ásia, África, Estados Unidos e América do Sul.

Augusto Medina foi também Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Diretor fundador da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa.

Recebeu vários louvores ao longo da sua carreira: Chevalier de l'Ordre National du Mérite, République Française, 1995; United Biscuits Industrial-Academic Achievement Award, 1997; Doutor Honoris Causa – Moscow State Academy of Applied Biotechnology, Moscow, 1996. Foi ainda delegado nacional em diferentes programas da Comissão Europeia.

Augusto Medina é doutorado em Engenharia Química pela Universidade de Birmingham.

### Ana Cravo

Ana Cravo é licenciada em Engenharia do Ambiente pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. É Mestre em Engenharia do Ambiente, pelo mesmo instituto, com uma tese elaborada na área da Avaliação de Impactes Ambientais. Tem uma pós-graduação em Comunicação de Ciência pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

De 2010 a 2015 desenvolveu atividade profissional em diversas entidades, nomeadamente no Banco BPI, no Instituto Superior Técnico (IST Taguspark) e na Administração Central do Sistema de Saúde do Ministério da Saúde.

Tem experiência na área da eficiência energética em edifícios públicos, tendo trabalhado no IST Taguspark em projetos de inovação tecnológica em edifícios universitários de âmbito nacional (Green Campus) e europeu (Smart Campus). No Ministério da Saúde trabalhou na área da gestão ambiental das instalações e equipamentos do Ministério da Saúde, com ênfase na eficiência energética e produção de resíduos, no âmbito do programa ECO.AP.

É consultora da SPI desde 2015.

### Carolina Ribeiro

Carolina Ribeiro é licenciada em Engenharia do Território pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. É Mestre em Engenharia do Território, pelo mesmo Instituto, com uma tese elaborada na área dos Transportes.

De 2007 a 2012 desenvolveu atividade na Parque EXPO 98, S.A., no Departamento de Prospeção e Conceção, prestando apoio técnico em projetos de planeamento regional e urbano, planeamento estratégico e reabilitação/requalificação urbana e ambiental.

É especialista em Mobilidade e Transportes, responsável pela análise e planeamento de sistemas de mobilidade e transportes; avaliação do desempenho e conceção da rede viária e estacionamento; avaliação e conceção de redes de transporte público; definição de políticas de transporte sustentáveis; valorização de modos alternativos de transporte; e definição de medidas de acalmia de Tráfego.

É igualmente especialista em Sistemas de Informação Geográfica, tendo como principais responsabilidades a gestão técnica e operacional de sistemas de informação geográfica em projetos nacionais e internacionais: recolha e sistematização de informação, conceção e análise de base de dados; e análise de riscos ambientais e tecnológicos.

É consultora da SPI desde 2014.

### Dora Possidónio

Dora Possidónio é geógrafa, licenciada em Geografia e Planeamento Regional e mestre em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Entre 1997 e 2007 foi técnica da empresa GEOIDEIA – Estudos de Organização do Território, Lda., onde colaborou em numerosos projetos nas áreas da Geografia Social e das Migrações, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e Local, tendo sido coordenadora executiva de vários destes estudos.

Em 2008, foi investigadora no Núcleo de Investigação sobre Migrações, Espaços e Sociedades, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-MIGRARE).

Entre 2008 e 2015, integrou a Parque EXPO 98, S.A. como técnica sénior do Departamento de Prospeção e Conceção, tendo participado, enquanto membro da equipa técnica ou chefe de projeto, em diversos projetos e propostas, nacionais e internacionais, nos domínios do planeamento estratégico, do ordenamento do território, do urbanismo e da reabilitação urbana.

É consultora na SPI desde 2015.

### Duarte Leandro

Duarte Leandro é licenciado em Geografia e Planeamento Regional, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa e possui o mestrado em Gestão do Território – Planeamento e Ordenamento do Território pela mesma instituição. No âmbito académico destaca-se a participação no grupo de trabalho para a elaboração do Plano de Gestão do Sítio de Interesse Comunitário/Zona Especial de Conservação no Âmbito da Rede Natura 2000 da Serra de Montejuento, enquanto representante do Centro de Estudos Geográficos da FCSH-Nova.

Após a conclusão da licenciatura realizou um estágio na Câmara Municipal de Alenquer, no Departamento de Urbanismo, onde trabalhou na atualização de dados estatísticos a incorporar na Revisão do Plano Diretor Municipal de Alenquer. No âmbito do Mestrado, realizou um estágio académico na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com a finalidade de elaborar um conjunto de contributos que irão incorporar o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

É consultor da SPI desde 2016, em projetos nacionais e internacionais nas áreas da requalificação urbana e do ordenamento do território.

### Inês Polónio

Inês Polónio é licenciada em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Realizou o estágio final de curso no *atelier* de Carlos Ferrater Lambarri - Arquitetos, em Barcelona, e o estágio profissional para a Ordem dos Arquitetos no *atelier* de Manuel Possolo Cruz - Arquitetos, em Lisboa.

Após o estágio profissional, manteve-se no *atelier* de Manuel Possolo Cruz - Arquitetos, até setembro de 2007, tendo participado em diversos projetos referentes a concursos de ideias, operações de loteamento, estudos prévios, projetos de licenciamento, projetos de execução e acompanhamento de obra.

A partir de outubro de 2007 até Junho de 2013 desenvolveu atividade na Parque EXPO 98, S.A., no Departamento de Prospecção e Conceção, tendo desenvolvido projetos nas áreas do urbanismo, ordenamento do território, planeamento estratégico e reabilitação/regeneração urbana.

Desde 2013, é consultora da SPI em projetos nacionais e internacionais nas áreas da requalificação urbana e do ordenamento do território.

### Leonel Ferreira

Leonel Ferreira é licenciado em Arquitetura de Gestão Urbanística pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Realizou o estágio final de curso na Câmara Municipal de Lisboa, subordinado ao tema “A Reversão do Bairro do Casal Ventoso”.

Iniciou a sua atividade profissional em 1998 no gabinete de arquitetura e urbanismo Troufa Real. Entre 1999 e 2009 colaborou como técnico superior na Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território e na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Integrou os órgãos sociais da Ordem dos Arquitetos entre 2005 e 2010, onde foi também coordenador da formação na área de ordenamento do território e urbanismo.

Entre 2009 e 2013 integrou a Parque Expo 98, S.A. como coordenador de projetos no Departamento de Prospecção e Conceção, designadamente nos domínios do planeamento estratégico, do ordenamento do território, do urbanismo e da reabilitação urbana, em Portugal e no estrangeiro, com destaque para a coordenação técnica da elaboração da Revisão do “Plan Directeur d’Aménagement et d’Urbanisme de la Wilaya d’Alger” - PDAU d’Alger (2009-2013) e para a elaboração da Estratégia de Reabilitação Urbana para a ARU da Alta de Coimbra (Prémio IHRU 2013) e dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana das ARU da Baixa e da Frente Ribeirinha de Coimbra (2011-2012).

É consultor da SPI desde 2013, em projetos nacionais e internacionais, nas áreas do ordenamento do território, planeamento territorial estratégico, planeamento urbano, reabilitação urbana e financiamento comunitário, neste último caso na preparação dos instrumentos estratégicos de desenvolvimento urbano e respetivas candidaturas das operações.

### Mónica Coelho

É Consultora da SPI desde 1997, em projetos regionais, nacionais e internacionais, nas áreas da gestão de projetos, I&D e Inovação, e-business e internacionalização, sendo ainda responsável pela execução financeira dos diferentes projetos da empresa.

Possui experiência nas áreas de estratégia empresarial, gestão de negócios, marketing, finanças, gestão de projetos e economia, além de ter contribuído para a elaboração de diferentes estudos de viabilidade de implantação de infraestruturas e equipamentos públicos.

Desempenhou, na Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa, funções ao nível de controlo orçamental e de gestão de projetos, nomeadamente na preparação administrativa de projetos financiados pelos fundos estruturais para o desenvolvimento de infraestruturas de formação, investigação e serviços para a indústria.

Mónica Coelho tem um MBA em Finanças e é licenciada em Economia pela Universidade do Porto.

### Nuno Andrade

Nuno Andrade é licenciado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2010) e Mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território no Instituto Superior Técnico (Universidade de Lisboa, 2013). No âmbito académico destaca-se a colaboração em trabalhos de investigação, tendo contribuído para a publicação de artigos científicos e para a produção do Plano Estratégico para o Bairro FONSECAS e CALÇADA (Lisboa).

Após a conclusão da licenciatura realizou um estágio na Câmara Municipal de Ovar, no Departamento de Planeamento, Urbanismo e Empreendedorismo, onde desempenhou funções no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica e na área de planeamento urbano, com enfoque para o Plano da Rede Ciclável de Ovar.

É consultor da SPI desde 2014, em projetos nacionais e internacionais nas áreas do planeamento estratégico, da requalificação urbana e do ordenamento do território

### Rui Frias

Rui Frias é Licenciado em Geografia pela Universidade do Porto (2010) e Mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território pelo Instituto Superior Técnico em 2013.

Entre maio de 2013 e dezembro de 2016 desempenhou funções de consultoria no sector privado, nas áreas de avaliação de riscos naturais, planeamento de emergência, gestão e monitorização ambiental, avaliação ambiental de planos e projetos, sistemas de informação geográfica, modelação espacial e cartografia de risco.

Da participação em vários projetos, destacam-se a Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Gestão de Região Hidrográfica Açores 2016-2021, Delimitação de Zonas Ameaçadas pelas Cheias no Concelho da Ribeira Grande, e a participação nos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil das Lajes do Pico e das Lajes das Flores.

Realiza, desde 2014, trabalhos de levantamento e processamento de dados fotogramétricos com recurso a UAV (*drones*).

Rui Frias juntou-se à SPI Açores como consultor em janeiro de 2017.

## 7. SPI Açores

Através da sua ligação à Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), a SPI Açores combina uma clara perceção das realidades locais com as competências e experiência adquiridas pela SPI a nível nacional e internacional, permitindo à empresa apresentar soluções inovadoras, com um elevado grau de exequibilidade. A SPI, a SPI Ventures e a SPI Açores têm desenvolvido um conjunto relevante de projetos na Região Autónoma dos Açores, nas temáticas da inovação, empreendedorismo, ciência e tecnologia e território.

A SPI tem como missão a gestão de projetos que fomentem a inovação e a gestão do conhecimento e promovam a internacionalização, recorrendo sempre que conveniente à criação de parcerias estratégicas.

Constituída em 1997, posiciona-se como um catalisador único de ligações entre empresas, instituições científicas e tecnológicas, administração pública, e organizações públicas e privadas nacionais e internacionais, através da sua presença na Europa, América do Norte, Ásia e África, da sua equipa de mais de 60 consultores permanentes de diferentes nacionalidade e áreas de conhecimento, e da sua rede internacional de especialistas.

A atuação do Grupo SPI estrutura-se em três domínios que lhe permitem disponibilizar um conjunto único de atividades e serviços: Inovação, Ciência e Tecnologia, e Território.



Figura 4. Presença geográfica dos escritórios e empresas da SPI



A ciência e tecnologia podem influenciar decisivamente o crescimento e a competitividade de empresas e regiões. Através da sua abordagem empreendedora, experiência empresarial e conhecimento científico, o Grupo SPI apoia o avanço da ciência e tecnologia e cria valor para os seus clientes. Sempre que seja útil recorreremos à nossa rede de contactos para criar parcerias internacionais que fomentem a investigação, transferência de tecnologia e expansão para outros mercados

Encarando o território como central para a competitividade e o crescimento económico sustentável, o Grupo SPI combina o seu conhecimento em planeamento estratégico e inovação, com as suas competências em planeamento do território e desenvolvimento urbano, permitindo servir os interesses dos seus clientes e parceiros, em áreas ligadas ao desenvolvimento regional, cidades inteligentes, uso sustentável do território, planeamento de transportes, regeneração urbana e património natural.

Relevam-se algumas das tipologias de projeto para as quais o Grupo SPI está particularmente habilitado:

- Definição de estratégias para parques de ciência e tecnologia, centros tecnológicos e incubadoras de empresas, incluindo estudos de viabilidade;
- Planeamento estratégico para municípios nas áreas do turismo, ambiente, competitividade, inovação, promoção de parcerias, formação e qualificação de recursos humanos;
- Realização de estudos de mercado, investimento e viabilidade;
- Capacitação do sector empresarial no aproveitamento de recursos naturais, culturais e humanos;
- Caracterização de sectores da indústria, análise da sua posição competitiva, levantamento de perspetivas futuras e definição de planos de ação;
- Identificação de modelos internacionais de boas práticas e avaliação da possibilidade de transferência e implementação desses modelos;
- Realização de estudos sobre iniciativa privada e empreendedorismo;
- Planos e programas estratégicos e operacionais do território, municipais, intermunicipais, regionais ou transfronteiriços, e planos de ordenamento, focados na conceção de estratégias de desenvolvimento territorial, programação de intervenções

e apoio à sua implementação, tendo em vista a promoção da competitividade territorial e a qualidade de vida das populações e organizações;

- Projetos integrados (masterplan, planos de intervenção e planos de ação) nos domínios da avaliação de oportunidades, do desenvolvimento urbano e turístico, polos industriais, parques de ciência e tecnologia e outros;
- Conceção dos instrumentos de programação da reabilitação urbana e de planos operacionais locais no domínio das políticas de habitação, com incidência no realojamento e reconversão de áreas de habitação precária e/ou informal e no desenvolvimento de novas áreas de habitação de promoção pública ou privada;
- Preparação e acompanhamento de candidaturas de projetos a diversas fontes de financiamento.

A capacidade do Grupo SPI em apoiar um conjunto diversificado de clientes permitiu-lhe construir um portefólio único de projetos de sucesso. O Grupo SPI utiliza o conhecimento e a experiência que acumulou nestes projetos para responder aos desafios que os seus clientes enfrentam numa economia dinâmica e global.

**SANTA CRUZ DAS FLORES | PLANO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL DA VILA DE SANTA CRUZ DAS FLORES E DELIMITAÇÃO DA ARU**

<b>Localização:</b>	Santa Cruz das Flores, Portugal
<b>Autor:</b>	SPI Sociedade Portuguesa de Inovação
<b>Cliente:</b>	Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores
<b>Data de projeto:</b>	2015
<b>Objetivo:</b>	Elaboração do Plano Integrado de Regeneração Urbano Sustentável para a vila de Santa Cruz das Flores, de acordo com o convite lançado no âmbito do PO Açores 2020, definidor de uma estratégia integrada de regeneração urbana e de um plano de ação, para efeitos de enquadramento do acesso ao financiamento comunitário das ações elegíveis. A elaboração do Plano é acompanhada da delimitação formal da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da vila de Santa Cruz das Flores.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Caracterização e diagnóstico do território;</li><li>• Delimitação da ARU;</li><li>• Elaboração da estratégia integrada de regeneração urbana;</li><li>• Elaboração do plano de ação;</li><li>• Apoio na aprovação do Plano.</li></ul>

**LAJES DAS FLORES | PLANO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL DA VILA DAS LAJES DAS FLORES E DELIMITAÇÃO DA ARU**

<b>Localização:</b>	Lajes das Flores, Portugal
<b>Autor:</b>	SPI Sociedade Portuguesa de Inovação
<b>Cliente:</b>	Câmara Municipal das Lajes das Flores
<b>Data de projeto:</b>	2016
<b>Objetivo:</b>	Revisão do Plano Integrado de Regeneração Urbano Sustentável para a vila das Lajes das Flores, de acordo com o convite lançado no âmbito do PO Açores 2020, definidor de uma estratégia integrada de regeneração urbana e de um plano de ação, para efeitos de enquadramento do acesso ao financiamento comunitário das ações elegíveis. A elaboração do Plano é acompanhada da delimitação formal da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da vila das Lajes das Flores.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Caracterização e diagnóstico do território;</li><li>• Delimitação da ARU;</li><li>• Elaboração da estratégia integrada de regeneração urbana;</li><li>• Elaboração do plano de ação;</li><li>• Apoio na aprovação do Plano.</li></ul>

**RIBEIRA GRANDE | REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

<b>Localização:</b>	Ribeira Grande, Portugal
<b>Autor:</b>	SPI Sociedade Portuguesa de Inovação
<b>Cliente:</b>	Câmara Municipal da Ribeira Grande
<b>Data de projeto:</b>	2016-2017
<b>Objetivo:</b>	Apoio ao Município na Revisão do Plano Diretor Municipal, de acordo com o estabelecido na nova Lei de Base da Política Pública dos Solos e do Ordenamento do Território, o no regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e o RJGT dos Açores.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Definição da estratégia de desenvolvimento territorial;</li><li>• Elaboração da Proposta de Plano;</li><li>• Apoio no acompanhamento e aprovação da Proposta de Plano.</li></ul>

**RIBEIRA GRANDE | PLANO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL DA RIBEIRA GRANDE E DELIMITAÇÃO DAS ARU DA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE, DA VILA DE RABO DE PEIXE, DE SANTA BÁRBARA E DA RIBEIRINHA**

<b>Localização:</b>	Ribeira Grande, Portugal
<b>Autor:</b>	SPI Sociedade Portuguesa de Inovação
<b>Cliente:</b>	Câmara Municipal da Ribeira Grande
<b>Data de projeto:</b>	2015
<b>Objetivo:</b>	Elaboração do Plano Integrado de Regeneração Urbano Sustentável para a Ribeira Grande, de acordo com o convite lançado no âmbito do PO Açores 2020, definidor de uma estratégia integrada de regeneração urbana e de um plano de ação, para efeitos de enquadramento do acesso ao financiamento comunitário das ações elegíveis. A elaboração do Plano é acompanhada da delimitação formal das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) da cidade da Ribeira Grande, da vila de Rabo de Peixe, de Santa Bárbara e da Ribeirinha.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Caracterização e diagnóstico do território;</li><li>• Delimitação das ARU;</li><li>• Elaboração da estratégia integrada de regeneração urbana;</li><li>• Elaboração do plano de ação;</li><li>• Apoio na aprovação do Plano.</li></ul>

**PONTA DELGADA | PLANO INTEGRADO DE REGENERAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL DA RIBEIRA GRANDE E DELIMITAÇÃO DAS ARU DE SANTA CLARA, SÃO JOSÉ/SÃO PEDRO E SÃO ROQUE**

<b>Localização:</b>	Ponta Delgada, Portugal
<b>Autor:</b>	SPI Sociedade Portuguesa de Inovação
<b>Cliente:</b>	Câmara Municipal da Ribeira Grade Ponta Delgada
<b>Data de projeto:</b>	2015
<b>Objetivo:</b>	Elaboração do Plano Integrado de Regeneração Urbano Sustentável para Ponta Delgada, de acordo com o convite lançado no âmbito do PO Açores 2020, definidor de uma estratégia integrada de regeneração urbana e de um plano de ação, para efeitos de enquadramento do acesso ao financiamento comunitário das ações elegíveis. A elaboração do Plano é acompanhada da delimitação formal das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Santa Clara, de São José/São Pedro e de São Roque.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Caracterização e diagnóstico do território;</li><li>• Delimitação das ARU;</li><li>• Elaboração da estratégia integrada de regeneração urbana;</li><li>• Elaboração do plano de ação;</li><li>• Apoio na aprovação do Plano.</li></ul>

RIBEIRA GRANDE   PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA RIBEIRA GRANDE 2014 2020	
<b>Localização:</b>	Ribeira Grande, Portugal
<b>Autor:</b>	SPI Sociedade Portuguesa de Inovação
<b>Cliente:</b>	Câmara Municipal da Ribeira Grande
<b>Data de projeto:</b>	2014
<b>Objetivo:</b>	Elaboração de um Plano Estratégico e Operacional de Desenvolvimento 2014 2020 para o Município de Ribeira Grande, definidor de uma estratégia integrada e operacional para o concelho ancorada nas prioridades e oportunidades do novo período de programação do financiamento comunitário.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Caracterização e Diagnóstico do território;</li><li>• Elaboração de uma Estratégia Territorial e Operacional;</li><li>• Elaboração de um programa de ação;</li><li>• Identificação de um modelo institucional;</li><li>• Fundamentação do enquadramento dos projetos e ações no contexto das prioridades estratégicas do Quadro Estratégico Comum 2014 2020.</li></ul>

PONTA DELGADA   PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE PONTA DELGADA 2014 2020	
<b>Localização:</b>	Ponta Delgada, Portugal
<b>Autor:</b>	SPI Sociedade Portuguesa de Inovação
<b>Cliente:</b>	Câmara Municipal de Ponta Delgada
<b>Data de projeto:</b>	2014
<b>Tipo de projeto:</b>	Estudo de Enquadramento Estratégico
<b>Objetivo:</b>	Elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Município de Ponta Delgada 2014 2020, que promova a melhoria das condições urbanísticas, socioeconómicas, culturais, patrimoniais, ambientais e paisagísticas.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Caracterização e Diagnóstico do território;</li><li>• Elaboração de uma Estratégia Territorial e Operacional;</li><li>• Mobilização da Parceria Local;</li><li>• Elaboração de um programa de ação;</li><li>• Identificação de um modelo institucional;</li><li>• Fundamentação do enquadramento dos projetos e ações no contexto das prioridades estratégicas do próximo Quadro Comunitário de Apoio 2014 2020.</li></ul>

#### HORTA | REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE DE MAR DA CIDADE DA HORTA

<b>Localização:</b>	Horta, Açores, Portugal
<b>Autor:</b>	SPI (em consórcio com a Extrastudio e a Oficina dos Jardins)
<b>Cliente:</b>	Câmara Municipal da Horta
<b>Data de projeto:</b>	2015-2017
<b>Objetivo:</b>	Elaboração do projeto de requalificação da frente mar da cidade da Horta, com os seguintes objetivos: a melhoria da qualidade de vida; a valorização do comércio tradicional; fomentar o turismo; proteger e valorizar o património natural e edificado; identificar as frentes urbanas a preservar e programar a intervenção nos edifícios dissonantes; transpor e adaptar o “Manual de Restauro e Recuperação/Guia do Construtor – Zona Antiga da Cidade da Horta”; proteger e valorizar os espaços verdes, espaços de utilização coletiva e conjuntos arbóreos; promover a segurança rodoviária, os circuitos pedonais e cicláveis e o estacionamento.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Elaboração de Estudo Prévio;</li><li>• Elaboração do Projeto Base;</li><li>• Elaboração dos Projetos de Execução.</li></ul>

#### APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA A ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (RIS3) DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

<b>Localização:</b>	Região Autónoma dos Açores, Portugal
<b>Cliente:</b>	Governo Regional dos Açores
<b>Data de projeto:</b>	2014
<b>Objetivo:</b>	Elaboração da Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (RIS3) da Região.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realização do diagnóstico aprofundado do Sistema Regional de Inovação;</li><li>• Elaboração de metodologia para desenvolvimento de uma Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente na Região Autónoma dos Açores;</li><li>• Mobilização dos atores regionais relevantes;</li><li>• Definição da estrutura de governação adequada;</li><li>• Definição de carteira de projetos estruturantes.</li></ul>

#### PLANO ESTRATÉGICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA ILHA TERCEIRA

<b>Localização:</b>	Região Autónoma dos Açores, Portugal
<b>Cliente:</b>	Governo Regional dos Açores
<b>Data de projeto:</b>	2015
<b>Objetivo:</b>	Desenvolvimento do Plano Estratégico para a Implementação do Parque de Ciência e Tecnologia da Terceira.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realização de um diagnóstico das realidades locais;</li><li>• Revisão das realidades atuais de Parques de Ciência e Tecnologia;</li><li>• Análise de <i>benchmarking</i> de 4 iniciativas de referência, a nível internacional;</li><li>• Definição da estratégia do Parque de Ciência e Tecnologia da Terceira;</li><li>• Desenvolvimento de um plano de ação;</li><li>• Definição da carteira de projetos estruturantes.</li></ul>

#### PLANO ESTRATÉGICO PARA O FOMENTO DO EMPREENDEDORISMO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES 2013-2016

<b>Localização:</b>	Região Autónoma dos Açores, Portugal
<b>Cliente:</b>	Governo Regional dos Açores
<b>Data de projeto:</b>	2012
<b>Objetivo:</b>	Elaboração do Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores 2013-2016.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Realização do diagnóstico regional no âmbito do empreendedorismo;</li><li>• Análise de 6 iniciativas de referência, a nível internacional;</li><li>• Definição de visão, missão e linhas de orientação estratégica;</li><li>• Proposta de projetos mobilizadores de modo a materializar a estratégia.</li></ul>

#### PLANO INTEGRADO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA

<b>Localização:</b>	Região Autónoma dos Açores, Portugal
<b>Cliente:</b>	Governo Regional dos Açores
<b>Data de projeto:</b>	2010
<b>Objetivo:</b>	Elaboração do Estudo de avaliação e revisão do Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação (PICTI) dos Açores.
<b>Atividades:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliação dos objetivos e resultados atingidos pelo PICTI;</li><li>• Elaboração de sugestões com base num conjunto de linhas de orientação estratégica;</li><li>• Identificação de ajustamentos ao atual sistema de incentivos.</li></ul>



